



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ NACIONAL DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 23/09/2024

Horário de Início: 14h

Horário de Término: 16h

Local: Reunião virtual pelo Microsoft Teams

Participantes:

Membros do Comitê:

Nome	Unidade	Presença
Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt - Coordenadora	SEB/MEC	Presente
Raquel Franzim - Secretaria-Executiva do Comitê	COGEITI/DPDI/SEB/MEC	Presente
José Roberto Ribeiro Junior - Titular	DIFOR/SEB/MEC	Presente
Fabiana Fonseca De Melo - Suplente	DIFOR/SEB/MEC	Ausente
Janaina Ferreira Ma - Suplente	DIMAM/ SEB/MEC	Presente
Anita Gea Martinez Stefani - Titular	DAGE/ SEB/MEC	Presente
Ana Úngari Dal Fabbro - Suplente	DAGE/ SEB/MEC	Presente
Mauricio Ernica - Titular	SECADI/MEC	Presente
Lucas Fernandes Hoogerbrugge - Suplente	SECADI/MEC	Presente
Patrícia Barcelos - Titular	SETEC/MEC	Ausente
Charles Okama de Souza - Suplente	SETEC/MEC	Ausente
Maria Selma de Moraes Rocha - Titular	SASE/MEC	Ausente
Gesuína de Fátima Elias Leclerc - Suplente	SASE/MEC	Presente
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva - Titular	CNE	Presente
Márcia Teixeira Sebastiani - Suplente	CNE	Presente
Alessio Costa Lima - Titular	UNDIME - NORDESTE	Presente
Josevanda Mendonça Franco - Suplente	UNDIME - NORDESTE	Presente
Leonardo Santa Cecília - Titular	UNDIME - CENTRO-OESTE	Presente
Paulo Madson Vieria da Silva - Suplente	UNDIME - CENTRO-OESTE	Presente
Luslarlene Umbelina Souza Fiamett - Titular	UNDIME - NORTE	Ausente
Fernanda Pinheiro de Abreu - Suplente	UNDIME - NORTE	Ausente
Luiz Miguel Martins Garcia - Titular	UNDIME - SUDESTE	Presente
Osório Luís Figueiredo de Souza - Suplente	UNDIME - SUDESTE	Presente
Maristela Ferrari Guasseli - Titular	UNDIME - SUL	Presente
Jorge Luiz Buerger - Suplente	UNDIME - SUL	Ausente
Eliana Nunes Estrela - Titular	CONSED - NORDESTE	Ausente
Maria Jucineide Da Costa Fernandes - Suplente	CONSED - NORDESTE	Ausente
Bianca Kelly Verly Maia Pereira - Titular	CONSED - CENTRO-OESTE	Presente
Adriana Buytendorp - Suplente	CONSED - CENTRO-OESTE	Presente
Edna Carla Neves do Amaral Batista - Titular	CONSED - NORTE	Ausente
Leandro de Souza Vieira - Suplente	CONSED - NORTE	Ausente
Marytta Renno Vilela Preza Masseli - Titular	CONSED - SUL	Ausente
Caren Cristina Brichi - Suplente	CONSED - SUL	Presente

Andreá Botelho de Abreu - Titular	CONSED - SUDESTE	Ausente
Mayara Lima Cândido - Suplente	CONSED - SUDESTE	Ausente
Fabiane Bitello Pedro - Titular	UNCME NACIONAL	Presente
Alelis Izabel de Oliveira Gomes - Suplente	UNCME NACIONAL	Ausente
Ricardo Tonassi Souto - Titular	FONCEDE	Ausente
Flávio Roberto de Castro - Suplente	FONCEDE	Ausente
Guelda Cristina de Oliveira Andrade - Titular	FNE	Ausente
Ana Jade Beatriz Martins Melo Rodrigues - Suplente	FNE	Ausente

*De acordo com a lista de presença da reunião.

Outros Participantes:

Wanglezia Fontenele do Carmo Muniz - SEB/DIMAM/CGMA

Guilherme França Corrêa - CGTI/MEC

Vanessa Nespoli - CGMA/DIMAM/SEB

Isabela Marinho Menezes - CGMA/DIMAM/SEB

Pauta da Reunião:

1 - Informes

2 - Apresentação do Plano de monitoramento Programa Escola em Tempo Integral.

3 - Apresentação da 1ª Avaliação do Plano de Monitoramento do Programa.

4 - Diálogo com os membros do Comitê sobre as informações apresentadas.

RELATO DA REUNIÃO

Kátia Helena Schweickardt - A Coordenadora do Comitê Nacional do Programa Escola em Tempo Integral - Conapeti, Kátia Helena Schweickardt , inicia a reunião cumprimentando a todos e dando boas vindas às equipes da Secretaria de Educação Básica SEB/MEC; a Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica-DPDI, a Coordenação-Geral de Educação Integral e Tempo Integral-COGEITI e a Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica-DIMAM; ressaltando a importância e o valor de se construir uma boa estratégia e um bom programa de monitoramento das políticas e a importância de priorizar as frentes de trabalho e a atuação do Conapeti para ajudar a refinar os indicadores. Destacou que especialmente em uma política como a educação integral em tempo integral, que lida com questões interseccionais, não se trata apenas do que está dentro da escola, mas a escola e sua relação com o território no qual está inserida e as questões relacionadas à desigualdade, que é preciso um olhar muito apurado sobre as questões relacionadas ao nível socioeconômico, à raça, à etnia, às questões de gênero, tendo em vista que todos esses fatores podem ser revelados por meio de boas perguntas, indicadores e coletas de dados. Apesar dos dados não serem um retrato da realidade, são uma construção sobre certos princípios que devem ser estabelecidos pelo Comitê, o qual possui o dever de cumpri-los. Finalizou saudando a todas as Secretarias do MEC e as demais entidades presentes, desejando uma ótima reunião.

Raquel Franzim - A Secretária-Executiva do Comitê Nacional do Programa Escola em Tempo Integral - Conapeti, Raquel Franzim, agradece pelas palavras da Coordenadora do Comitê, dá boas-vindas aos participantes e apresenta a pauta da reunião extraordinária. Informa sobre a inversão de pauta, na qual irá fazer alguns informes rápidos no início para em seguida dar continuidade à reunião com a apresentação conduzida pela DIMAM.

Informes

Raquel Franzim - O primeiro informe é sobre a página do Conapeti que já está disponível no [Participa+Brasil](#), no qual os Colegiados disponibilizam os seus trabalhos e informações de maneira pública. Em seguida informa sobre as fases de adesão e pactuação do segundo ciclo do Programa Escola em Tempo Integral, que estão disponíveis simultaneamente até o dia 31 de outubro, destacando os dados de adesão e pactuação obtidos em 20/09/2024. Concluiu informando sobre a disponibilização do [Questionário sobre a execução financeira do Programa](#), a ser respondido pelas redes, de modo voluntário, que tem como objetivo entender os desafios enfrentados por estas na execução financeira do fomento disponibilizado pelo Programa Escola em Tempo Integral e também aprimorar a assistência técnica financeira feita não só pela SEB, mas em especial pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, responsável pela transferência financeira. Após os informes passou a palavra para Janaína Ma, Coordenadora-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica - CGMA/DIMAM.

Janaína Ma - Agradeceu à Coordenadora, Kátia Helena, pelas palavras, e a Secretária-Executiva, Raquel Franzim, pelo convite, em seguida iniciou a Apresentação do [Plano de monitoramento Programa Escola em Tempo Integral](#). Começou informando que há uma validade para o Plano de Monitoramento, de 2023-2026, tendo em vista que a medida em que o programa avança, as atividades e, principalmente o modelo lógico que norteia essa atividade, podem se modificar. Para

contextualizar, estabeleceu como marco normativo do Programa Escola em Tempo Integral a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, que estabelece a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, e como estratégia autoriza a União a transferir recursos aos estados e municípios para fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, conforme a disponibilidade orçamentária. Além disso a lei destina ao MEC a responsabilidade por manter e coordenar em colaboração com os entes um sistema de monitoramento e avaliação anual da eficácia quantitativa e qualitativa do programa, orientação que também está em consonância com o parágrafo 16, artigo 37 da Constituição Federal de 1988 na qual os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

Ao iniciar a apresentação do Plano de monitoramento do Programa ressalta que a literatura de referência utilizada para construção do plano foram dois guias de Avaliação de políticas públicas do Governo federal, um guia prático de análise *ex ante* e um guia prático de análise *ex post*, que são guias técnicos sobre avaliação de políticas públicas. O guia de análise *ex ante* define monitoramento como um exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas e trata-se de informação mais simples e imediata sobre a operação e os efeitos da política, que deve permitir identificar problemas e falhas durante a execução, que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública. Sobre a avaliação envolve o julgamento, atribuição de valor e mensuração da política no sentido de melhorar seus processos de tomadas de decisão e ajustar as linhas de intervenção. Sobre análise devem ser considerados, dentre outros aspectos, a forma como a política está sendo implementada seus efeitos desejados e adversos, os principais stakeholders e a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados. Relembra que durante o início da implementação da Política, juntamente à Coordenação-Geral de Educação Integral, ouviram diversos posicionamentos sobre como o Programa deveria ser feito, mas que é preciso lidar com esse espaço de construção, que é plural e democrático e muitas vezes divergente, pois é nesse contexto que se faz a política pública, monitora e avalia.

Relatou que o plano apresenta metodologias, ações e produtos a serem desenvolvidos no âmbito da SEB para estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação do programa em seus aspectos quantitativos e qualitativos, e por ser uma política nova permitiu fazer a análise *ex ante* sobre a delimitação e o diagnóstico do problema, o desenho do programa e seu modelo lógico. O plano apresenta também a metodologia, a concepção e o escopo de monitoramento, quem são os destinatários e usuários dessas informações, a estrutura geral dos indicadores de monitoramento e quais são os tipos de avaliação que se pretende desenvolver para essa política.

Raquel Franzim - A Secretária-Executiva informa que Gesuína Leclerc pediu a palavra.

Gesuína Leclerc - A representante da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino - SASE/MEC questionou se não há menção ao processo de monitoramento e a avaliação previstos no Plano Nacional de Educação - PNE em relação ao ciclo de Monitoramento, informa que no momento há uma prorrogação do PNE, então ao se falar sobre uma política pública que está começando, relacionada a uma meta no PNE considera como algo importante. Comentou também sobre as opiniões contrárias às 7 horas de ensino em tempo integral em relação ao que diz o artigo 34 da LDB, o que já foi dito no PNE e também no FUNDEB, que são mandatórias em relação à política e a questão das 7 horas da jornada escolar.

Janaína Ma - Agradece pelo apontamento e informa que foi justamente nesse caminho que receberam esses questionamentos. Destacou que é muito importante no plano a elaboração do modelo lógico, que é um instrumento para orientar a realização daquelas atividades que são feitas ao longo da implementação da política e com quais objetivos. Inicia-se com os insumos, nos quais se discriminam não só recursos financeiros, mas recursos humanos também. Após isso, elenca-se quais são os produtos, os resultados e os impactos esperados. Quanto à concepção e escopo do monitoramento do programa é preciso saber quem são os destinatários usuários das informações, destacou como centro o MEC, junto à Secretaria de Educação Básica, a DPDI, e em especial a COGEITI, a Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação - DIFOR, a Diretoria de Apoio à Gestão Educacional - DAGE, que são gestores do programa, de uma maneira geral todas as diretorias da SEB podem solicitar informações desse monitoramento, e todos são atendidos, mas com foco específico sobre a COGEITI. Destaca-se também, no âmbito da SEB, o Conapeti e a Rede Nacional de Articuladores Territoriais da Educação Integral - Renapeti. Também são demandantes dessas informações outras áreas do MEC como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, a Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais - SEGAPE e a Secretaria Executiva - SE, além de órgãos do governo, como a Casa civil, outros ministérios, órgãos de controle e as redes.

Relata que para as avaliações foram propostas três tipos: de diagnóstico, com o objetivo de fornecer um retrato amplo e detalhado acerca do problema da equidade; de implementação, nas quais vai se observando a entrega de produtos de acordo com o modelo lógico, e de resultados, apoiados sobre os indicadores de resultado. Destaca também a necessidade de uma nova avaliação diagnóstica, pois após o lançamento do Programa faz-se necessária uma nova avaliação com vistas à indicadores de nível socioeconômico, dependência e localização. Em seguida foi passada a palavra para o professor Luiz Miguel Garcia que a solicitou.

Luiz Miguel Garcia - Destaca a dificuldade de organização de dados e planejamento no primeiro ciclo do programa e a dificuldades de prestação de contas para as redes de ensino, então acredita que esta avaliação diagnóstica vai ser muito

importante para balizar as informações e a partir disso ter referências para continuidade.

Janaína Ma - Agradece e segue a apresentação falando sobre os produtos do monitoramento e da avaliação. O primeiro produto são os boletins com as informações em momentos específicos do programa como adesão, pontuação e declaração das matrículas. Há também os relatórios de monitoramento que tem como objetivo descrever as atividades que foram implementadas, identificar problemas ou desafios encontrados, analisar se os resultados das ações de implementação estão sendo alcançados de acordo com o plano estabelecido. Outro tipo de relatório são os de avaliação, que apresentam um olhar sobre a equidade na distribuição das matrículas tempo integral. Destacou também que está em fase de homologação um painel de monitoramento do programa, uma ferramenta BI, a fim de apresentar publicamente dados do programa para monitoramento. Finalizando a apresentação do plano foi aberto espaço para questionamentos.

Raquel Franzim - Agradece pela apresentação e passa para Gesuína Leclerc, que solicitou o uso da palavra.

Gesuína Leclerc - A primeira observação foi relacionada ao modelo lógico quando fala dos destinatários, os atores da avaliação e do monitoramento, sugere que a SASE entre como demandante. Isso porque entende a possibilidade de estabelecer uma interlocução mais próxima em relação ao PNE e da importância da relação com a DIMAM. Em relação ao relatório preliminar sobre o censo 2024, reconhece como uma tarefa muito importante pois a partir disso terão evidências sobre os resultados do programa.

Raquel Franzim - Pediu desculpas caso não tenha entendido a observação apresentada anteriormente, mas reforçou que o que está sendo apresentado é um plano de monitoramento do programa ETI, estratégia para o alcance da meta 6 do PNE. Contudo, o monitoramento do PNE tem seu monitoramento próprio e de responsabilidade do Inep. Em seguida passa a palavra para Alessio Costa Lima.

Alessio Costa Lima - O Presidente da Undime Nacional iniciou parabenizando a Janaína pela apresentação. Informa que seu primeiro apontamento é relacionado à avaliação de resultados que é bem válida para que se veja o alcance do que foi planejado e o que foi alcançado, mas questiona sobre qual momento se terá uma avaliação de natureza qualitativa, no sentido de capturar problemas na implementação, para avaliar as dificuldades que as redes enfrentam. Questiona se é possível se pensar alguma coisa em relação à avaliação da política e da qualidade da aprendizagem dos alunos. Se faz parte da avaliação do programa ver os impactos na aprendizagem dos estudantes que passaram a estudar na educação em tempo integral, por exemplo.

Janaína Ma - Informa que o programa prevê uma avaliação dos aspectos quantitativos e qualitativos, porém o painel de monitoramento vai apresentar dados somente para consulta de informações disponíveis nos bancos de dados do Simec referentes ao programa. Portanto não se trata de uma avaliação, e sim dados para monitoramento. Relata que os formatos de avaliação ainda estão sendo construídos e que a Conapeti está chegando em um ótimo momento para que isso seja decidido e diante dos recursos disponíveis definir quais são as questões avaliativas e quais são os propósitos que se quer alcançar com essas avaliações.

Raquel Franzim - Agradece a fala e complementa apresentando duas portarias assinadas pelo Ministro no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. A primeira é a Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, que em seu eixo acompanhar estabelece, no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, uma avaliação institucional participativa dos parâmetros de oferta e insumos do tempo integral, ou seja, não seria uma avaliação para a associação entre a oferta de tempo e os resultados, mas está nas condições de oferta. A segunda é a Portaria nº 748, de 29 de julho de 2024, que em parceria com a SECADI, em especial dos efeitos da oferta de tempo integral sobre as modalidades de educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e também na redução das desigualdades de oferta destas matrículas. Destaca que os dois normativos apresentam avaliações especialmente sobre a qualidade da oferta e sobre os efeitos disso nos grupos sociais das modalidades de ensino.

Janaína Ma - Dá início à apresentação da 1ª Avaliação do Plano de Monitoramento do Programa. Destacando que do ponto de vista normativo, a lei estabeleceu que as matrículas de tempo integral criadas deveriam priorizar as escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Do ponto de vista metodológico, no final de 2023, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP disponibilizou um novo indicador de nível socioeconômico - NSE, construído por meio de uma metodologia que permitiu atribuir um NSE à maior parte das escolas de educação básica, o que antes não era possível. Dessa forma o objetivo é apresentar uma análise diagnóstica da distribuição de matrículas tempo integral nas redes estaduais e municipais com base no ano de 2022, observando como ocorre a distribuição de matrículas em relação ao nível socioeconômico das escolas. A análise tem como foco a equidade, que contempla a distribuição de matrículas no território nacional e a priorização de escolas que atendam a estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Relata também sobre outros recortes feitos na avaliação referente às matrículas em tempo integral, por estados, localização diferenciada; assentamento, terra indígena, remanescente de quilombos; distribuição por cor, raça, sexo, educação especial, e ressalta também os diálogos feito com a SECADI dentro desse contexto. Foi pedida a palavra por Maurício Ernica.

Maurício Ernica - O Coordenador-Geral de Equidade Educacional da SECADI relembra da participação das discussões que deram origem à Lei nº 14.640, de outros normativos do Programa e ainda da Portaria nº 748, que define os fluxos e compromissos entre as duas secretarias. Ressalta que o processo se originou no começo da gestão. Destaca também que

há dois pontos importantes para a SECADI. O primeiro é olhar o impacto da expansão das matrículas tempo integral sobre as modalidades, especialmente aquelas que possuem o maior risco de fechamento, como a educação do campo e quilombola. A segunda questão é a caracterização das matrículas em tempo integral nas modalidades. Nessa caracterização informa que os dados que vêm do censo são suficientes para se caracterizar as modalidades globalmente, mas é preciso uma combinação de variáveis para responder às normativas que definem as modalidades. Ao se olhar apenas uma variável ela não é suficiente, então a variável localização diferenciada é eficiente nesse sentido. Um exemplo é a operacionalização da educação quilombola, porque a normativa que define a referida escola diz que se trata daquela escola situada em território quilombola, e isso está na variável localização diferenciada. Contudo não é suficiente para educação escolar indígena, porque a escola indígena é a escola em território indígena, mas também é a escola que declara ser uma escola indígena, então há outra variável na qual é preciso que se some as informações. A segunda questão importante são os dados que vêm do Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB pois eles informam muito pouco sobre as modalidades. As escolas indígenas, quilombolas e do campo, especialmente nos anos iniciais, não participam do SAEB, e em alguns Estados, em que essas escolas representam uma grande parte das escolas gera um efeito bastante grande. Na hora de olhar os dados de aprendizagem eles informam pouco sobre as modalidades e isso gera um efeito sobre o cálculo do NSE que está sendo calculado a partir dos dados existentes, sem, contudo, alcançar a realidade plural do país. Por isso é importante ter bem marcadas as modalidades, porque o NSE não vai informar sobre um conjunto grande de escolas do campo, por exemplo, visto que elas não estão no SAEB.

Raquel Franzim - Agradece e passa a palavra para Maristela Guasselli.

Maristela Guasselli - A presidente da Undime - Sul diz concordar, que entende todo o cuidado que o Inep tem ao levantar dados, mas reforça o apontamento realizado anteriormente pelo representante da Secadi. Utilizou como exemplo o seu município no qual foram identificados que 753 estudantes estavam como não declarados negros. Por não ser óbvio este processo de autodeclaração sobre pessoas negras, pardas, brancas, destaca a necessidade de ser trabalhado este aspecto. Relata que foi feito um trabalho na rede, no ano seguinte, e dos 753 alunos que não declararam no anterior, apenas 14 continuaram ainda não declarando raça. Registra que o trabalho que a SECADI vem pontuando é muito importante e precisa ser considerado. Outro ponto são as normativas que definem a modalidade, por exemplo, em relação à educação especial, é preciso abrir mais as informações a serem declaradas no censo escolar em relação à deficiência, que os campos não são abertos para tantas necessidades especiais ou deficiências que existem e as mudanças neste campo ocorridas nos últimos anos.

Janaína Ma - Ressalta que quanto aos dados do SAEB acredita ser um desafio que precisa ser enfrentado coletivamente, que é preciso novos alinhamentos para que as melhorias ocorram.

Maurício Ernica - Acredita que o aspecto SAEB - modalidades é uma conversa extremamente complexa. Em sua análise o SAEB não configura como uma boa base de dados analisar e acompanhar as modalidades.

Janaína Ma - Encerra a apresentação repassando alguns dados relacionados às matrículas em tempo integral, destacando que ainda há um grande desafio para as redes. O programa oferece matrículas também para os entes, geralmente municípios, que não têm nenhuma experiência com a educação integral em tempo integral, porque não possuem uma tradição de oferta dessas matrículas, mas tem a possibilidade de começar aumentando esse percentual e contribuindo para o alcance da meta nacional.

Raquel Franzim - Agradece à Janaína e à CGMA/DIMAM por apresentarem instrumentos importantes. Reforça o convite para a uma nova reunião que ocorrerá em novembro, com o objetivo de elaborar um planejamento de como construir subsídios nos parâmetros de qualidade, das condições de oferta do tempo integral e na sequência será proposta também uma reunião extraordinária, junto com a SECADI, para falar de condições de oferta no âmbito das modalidades. Passa a palavra para a Coordenadora do Comitê, Katia Helena Schweickardt.

Kátia Helena Schweickardt - Agradece e cumprimenta a Janaína e o trabalho feito à frente do monitoramento. Agradece e reafirma o trabalho conjunto de todos, destacando que por meio dessa política vai se praticando a integralidade do direito à educação, que é um aprendizado complexo, não só nas escolas e nos territórios, mas também para a gestão pública, porque falar em educação integral implica transversalizar várias secretarias, várias pautas, e que todos estão aprendendo isso juntos. Destaca a disponibilidade do MEC em ter as portas e os dados abertos e ter as vozes garantidas de todas e todos, que os dados são uma construção, que a sociedade é colonialista e racista, e que muitas vezes é difícil as pessoas se identificarem. Reforça o compromisso da SEB com a equidade nas políticas aqui coordenadas. Parabeniza a todos e também a Secretaria-Executiva Raquel Franzim.

Raquel Franzim - Informa que a representante do Consed - Centro - oeste, Adriana Buytendorp, pediu que para a próxima reunião fosse considerado o fuso horário, o qual esclarece que vai atender o pedido, tendo em vista que há diferenças de horário tanto no centro Oeste quanto na região Norte. Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a reunião.

Aprovação

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários certificam que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.

RAQUEL FRANZIM

Secretaria- Executiva do Comitê Nacional do Programa Escola em Tempo Integral



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Franzim, Coordenador(a)-Geral**, em 23/01/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gesuina de Fátima Elias Leclerc, Diretor(a), Substituto**, em 23/01/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Secretário(a)**, em 23/01/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Úngari Dal Fabbro, Coordenador(a)-Geral**, em 28/01/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Roberto Ribeiro Junior, Coordenador(a)-Geral**, em 29/01/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Ernica, Coordenador(a)-Geral**, em 05/02/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Hoogerbrugge, Chefe de Gabinete**, em 14/02/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5539094** e o código CRC **815182B8**.